

Anistia leva banco oficial à falência

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — Se os constituintes aprovarem a anistia das dívidas de pequenos e médios empresários e produtores rurais, a União e os estados irão gastar CZ\$ 1 trilhão 577 bilhões de recursos dos contribuintes para evitar a falência dos bancos oficiais. O Ministério da Fazenda concluiu ontem os estudos sobre os custos da anistia e descobriu que as instituições oficiais terão que arcar com 93% do prejuízo total de CZ\$ 1 trilhão 642 bilhões 200 milhões, os bancos privados nacionais com 6,64% e os estrangeiros com apenas 0,19%.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ainda mantém toda a disposição de lutar pela rejeição da emenda da anistia, mas sabe que a batalha será difícil e está profundamente decepcionado com o comportamento de alguns parlamentares brasileiros. "Existem muito poucos constituintes preocupados com a futura geração e não com a futura eleição", desabafou a um assessor.

Em conversas com os deputados Benito Gama (PFL-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Gilson Machado (PFL-PE), o ministro ouviu manifestações que o deixaram "chocado", na avaliação de seus assessores mais próxi-

mos. Pelo relato da conversa, os deputados disseram a Mailson que compreendem o que a anistia das dívidas vai representar ao Tesouro e à política de combate ao déficit público. Apesar disso, os três afirmaram que votarão a favor da emenda por "compromissos com suas bases eleitorais". Isto provocou o seguinte comentário de outro assessor direto do ministro: "Quanto do dinheiro dado a estes empresários e produtores será revertido em financiamento da campanha eleitoral dos constituintes que votarem a favor da emenda?", perguntou, em tom de acusação.

Os bancos federais (Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal) têm em sua carteira de crédito CZ\$ 1 trilhão 18 bilhões de empréstimos a pequenos e médios empresários e produtores rurais que seriam pagos com a anistia. Este prejuízo representa 158,8% do patrimônio líquido destas instituições, ou seja, mais de uma vez e meia o valor de todos os seus bens menos as suas dívidas. Somente o Banco do Brasil teria uma perda de CZ\$ 880 bilhões, o que significa 2,27 vezes o total de seu patrimônio líquido, segundo levantamento.

A DISTRIBUIÇÃO DOS PREJUÍZOS

	PREJUÍZO ESTIMADO (CZ\$ bilhões)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (bilhões)	PREJUÍZO Patrim. Líquido	NO PREJUÍZO %
BANCOS ESTRANGEIROS	3,2	71,6	4,5%	0,19%
BANCOS PRIVADOS	109,1	459,8	23,7%	6,64%
BANCOS ESTADUAIS	68,1	135,3	50,3%	4,15%
BANCOS DE DESENVOLVIMENTO BNDES E OUTROS)	17,1	17,5	98,0%	1,04%
BANCOS FEDERAIS (CEF, BNB, BASABA BNCC)	1.108,0	640,9	158,8%	61,99%
OUTROS BANCOS NÃO CLASSIFICADOS (*)	426,9	384,1	111,1%	25,99%
TOTAL	1.642,4	1.709,2	96,0%	100%

(*) Estimativa incluindo vários Bancos de Desenvolvimento, Bancos Comerciais e Caixas Econômicas cujos dados não estão ainda disponíveis. Segundo os cálculos preliminares, a participação de bancos comerciais não ultrapassa a 0,1% e os demais são de responsabilidade do setor público

FONTE: Ministério da Fazenda

Abinee condena "demagogia"

BELO HORIZONTE — O vice-presidente nacional da Abinee — Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Stefan Bogdan Salej, criticou ontem a emenda à nova Constituição, que propõe a anistia das dívidas das micro e pequenas empresas, argumentando que o empresariado não pode apoiar "favores cujas contas não podem ser pagas. A emenda não vem para ajudar os microempresários e é altamente demagógica, pois não esclarece de onde vai se tirar esse dinheiro", assinalou.

Stefan Salej, que é também presidente do Cici — Centro das Industriais das Cidades Industriais de Minas, que congrega cerca de 600 empresas, responsáveis, segundo ele, por 25% do PIB mineiro, que é de US\$ 30 bilhões, advertiu que o empresariado, caso apóie a anistia, perderá uma de suas principais bandeiras, que é o combate ao déficit público, "já que o perdão dos débitos trará o aumento da inflação, a baixa de salários, o aumento dos impostos e alimentará o déficit público".

O presidente da Associação Comercial de Minas, Lúcio Assumpção, por sua vez, garantiu que a entidade é contra a anistia pura e simples, "pela penalização que ela poderia representar em termos de déficit público", mas propôs alternativas, como o congelamento dessas dívidas por um período de dois ou três anos, a redução de uma parte da correção monetária incidente sobre o principal e, eventualmente, a criação de faixas especiais e financiamento a juros reduzidos.

— Com um conjunto de medidas assim, acredito que, num período de dois ou três anos, as empresas poderão recuperar seus lucros, pagar os seus débitos e readquirir sua força. Portanto, acho que poderá nascer, da posição dos constituintes autores das emendas e do Ministério da Fazenda, uma solução conciliatória, que está sendo conversada. Algo que não onere o tesouro e ao mesmo tempo dê às micro e pequenas empresas a garantia de sua sobrevivência — afirmou Lúcio Assumpção.